



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS
SETOR DE CONCURSOS**

**25º CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA
DE PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO DO MPDFT**

PROVA DISCURSIVA - 2ª ETAPA

**GRUPO I
DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Esta prova compõe-se de quatro questões, com as respectivas pontuações. As respostas serão avaliadas em razão dos seus fundamentos, do uso correto da língua portuguesa, da linguagem jurídica adequada, da clareza e objetividade na exposição das idéias e da apresentação formal e legibilidade do texto.

PRIMEIRA PARTE

QUESTÃO 1 (40 pontos)

Dissertação: **CONCURSO DE PESSOAS**

A apresentação do tema deverá abranger, necessariamente:

- Conceituação e os requisitos do concurso de pessoas.
- As inovações inseridas no ordenamento jurídico pela Lei 7.209/84.
- A autoria (teorias relativas ao conceito de autor), autoria mediata e imediata, autoria colateral.
- A participação.
- Os aspectos do tema relacionados aos crimes culposos, crimes omissivos, e crimes de mão própria.

—

SEGUNDA PARTE

QUESTÃO 2 (20 pontos)

O art. 594 do Código de Processo Penal estabelece que o réu não poderá apelar sem recolher-se à prisão, ou prestar fiança, salvo se for primário e de bons antecedentes, assim reconhecido na sentença condenatória, ou condenado por crime de que se livre solto. Parte qualificada da doutrina e da jurisprudência nacional considera não ter sido este dispositivo recepcionado pela Constituição Federal, por ferir algumas garantias processuais nela positivadas (explícita ou implicitamente).

Indique e explique, fundamentadamente, quais as garantias que seriam afetadas pelo ato judicial de condicionar o conhecimento da apelação ao prévio recolhimento do sentenciado à prisão.

QUESTÃO 3 (20 pontos)

BARRABÁS FURTIVO foi processado pela prática do crime de corrupção passiva, previsto no art. 317, § 1º do CPB, já que deixou de praticar ato de ofício, recebendo, em troca, vantagem indevida. O juiz competente, com base na prova testemunhal e documental produzida, condenou o imputado à pena de um (1) ano e quatro (4) meses de reclusão. Em razões de recurso interposto contra a sentença condenatória, a defesa do acusado sustentou que o processo era nulo, porque:

- f. o acusado, mesmo com endereço conhecido nos autos, foi citado por edital, somente tendo sido interrogado porque compareceu, espontaneamente, ao cartório para verificar o estado em que se encontrava o processo; outrossim, ao ordenar a citação por edital, o juiz não expediu ofício aos estabelecimentos prisionais locais, para indagar sobre eventual prisão do acusado.
- g. a defesa não foi intimada sobre a data da audiência de inquirição de testemunha da acusação, ouvida por precatória.
- h. o Ministério Público, mesmo intimado, não compareceu à data em que foi ouvida a única testemunha da defesa.
- i. o juiz, mesmo já estando encerrada a instrução criminal, aceitou requerimento feito pelo Ministério Público nas suas alegações finais e determinou a oitiva de testemunha referida na instrução, que não fora arrolada na denúncia.
- j. o juiz tornou-se impedido para julgar a causa, já que, na fundamentação do ato de recebimento da denúncia do Ministério Público, afirmou que as provas coletadas no processo administrativo indicavam a verossimilhança da imputação criminal.

De modo sintético e objetivo, que argumento(s) poderia(m) ser usado(s) pelo Ministério Público para rebater cada uma das alegações da defesa do acusado e obter, por conseguinte, o improvimento do recurso.

QUESTÃO 4 (20 pontos)

Diante das seguintes situações hipotéticas, indique e justifique, sucintamente, o posicionamento que deverá ser adotado pelo promotor de justiça.

- k. Durante a ação penal instaurada para apurar crime de furto, a defesa do acusado comprova, de modo documental e inequívoco, que o verdadeiro autor da infração penal é um homônimo do acusado. O Ministério Público tem vistas dos autos, após as alegações preliminares da defesa, para pronunciar-se sobre a questão.
- l. Apurou-se, em inquérito policial, crime de receptação culposa atribuído a ZECA, por haver ele adquirido, do cunhado, um televisor usado. O bem foi avaliado em R\$100,00 e ZECA o adquiriu por R\$60,00. O seu cunhado, em quem sempre confiou, forneceu-lhe, no ato da compra-e-venda, a nota fiscal do televisor, dizendo-lhe que precisava vender tal bem para pagar uma dívida. Todavia, o inquérito policial demonstrou que o cunhado de ZECA havia furtado o televisor, juntamente com a nota fiscal. Em relação a ZECA, como deverá proceder o Ministério Público?

- m. TÁCITUS, portador de péssimos antecedentes criminais, foi processado por crime de receptação dolosa, sendo-lhe atribuída a conduta de haver adquirido automóvel, ciente de sua origem criminosa. Ao sentenciar, o juiz desclassificou a conduta para receptação culposa, condenando o acusado à pena mínima. O promotor de justiça, ao tomar ciência da sentença condenatória, percebe que o juiz, embora reconhecendo a *mutatio libelli*, não adotou as providências legais previstas no Código de Processo Penal, havendo, por outro lado, fixado a pena em *quantum* insuficiente à justa reprovação do fato.
- n. Durante ação penal instaurada para apurar crime de estupro mediante grave ameaça, cometido contra vítima moradora da Invasão da Estrutural, a defesa do acusado peticiona requerendo a anulação do processo por ilegitimidade ativa *ad causam* do Ministério Público, sob a alegação de não ter sido juntado aos autos atestado de pobreza da ofendida e por não haver esta oferecido, formalmente, representação contra o acusado, sendo certo, porém, que a vítima deu *notitia criminis* e prestou, espontaneamente, declarações perante a autoridade policial.